



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
CELEBRADO ENTRE A CÂMARA DOS  
DEPUTADOS, A ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO  
PAULO E A CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO/SP, OBJETIVANDO A  
EXPANSÃO DO SISTEMA DE  
TRANSMISSÃO DE TV DIGITAL NA  
REGIÃO METROPOLITANA E NA CIDADE  
DE SÃO PAULO - SP.**

Aos 02 (dois) dias do mês de abril de dois mil e doze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, neste ato representada por seu Presidente, o Deputado MARCO AURÉLIO SPALL MAIA, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília-DF, doravante denominada simplesmente CÂMARA; a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede à Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.952.259/0001-85 neste ato representada por seu Presidente, o Deputado Estadual JOSÉ ANTONIO BARROS MUNHOZ, brasileiro, residente e domiciliado em São Paulo-SP, doravante denominada simplesmente ASSEMBLÉIA; e a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO-SP, com sede no Palácio Anchieta, no Viaduto Jacareí, 100, Bela Vista, São Paulo, inscrita no CNPJ nº 50.176.288/0001-53, neste ato representada por seu Presidente JOSÉ POLICE NETO e demais membros da Egrégia Mesa Diretora, doravante denominada simplesmente CÂMARA SP, celebram o presente Acordo, em conformidade com as disposições contidas no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80/01, de 7 de junho de 2001, publicado no D.O.U de 5/7/2001, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, doravante denominada LEI, consoante



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

o constante do Processo CMSP nº 1431/2011, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Acordo tem por objetivo dar continuidade às ações adotadas pelo Acordo nº 2008/118.0, assinado pela Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que adotou ações conjuntas visando à transmissão da Rede Legislativa em TV Digital na cidade de São Paulo-SP, por meio do canal 61, consignado pelo Ministério das Comunicações à Câmara dos Deputados, correspondente à faixa de frequência de 752 a 758 MHz, mediante a cessão de subcanalizações do canal de televisão digital, e incluir a CÂMARA SP entre os partícipes da Rede Legislativa de TV Digital.

Parágrafo primeiro: Entende-se por Rede Legislativa a transmissão em multiprogramação dos sinais das emissoras legislativas da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal.

Parágrafo segundo – Entende-se como subcanalização a utilização de um ou mais segmentos OFDM (*Orthogonal Frequency Division Multiplexing*) que compõem o espectro central de radiodifusão do canal de televisão digital, conforme modelo aprovado pela Norma NBR 15.601 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parágrafo terceiro – A Estação de Radiodifusão de Televisão Digital instalada na cidade de São Paulo-SP consiste de uma torre de transmissão com toda infraestrutura necessária para a instalação do transmissor, sistema irradiante e demais equipamentos acessórios, com a função de captar e transmitir, simultaneamente, os sinais de sons e imagens da televisão digital em canal aberto, utilizando a definição convencional ou resolução padrão (*Standard Definition*) por meio do sistema de multiprogramação de sinais, conforme as normas técnicas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Parágrafo quarto – A CÂMARA, detentora do canal digital consignado pelo Ministério das Comunicações em São Paulo-SP, tem o direito de uso de sua programação no 13º segmento do canal (one-seg), em conformidade com os regulamentos do citado Ministério.

Parágrafo quinto – Os partícipes, para geração dos programas televisivos e transmissão dos sinais das respectivas subcanalizações, além da legislação constante do preâmbulo, comprometem-se a cumprir a legislação que regula a atividade de radiodifusão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e, em particular, as seguintes:

- a) Lei n. 47.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações;
- b) Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) Portaria n. 652, de 10 de outubro de 2006, do Ministério das Comunicações;
- d) Resoluções n. 284, de 07 de dezembro de 2001; 398, de 7 de abril de 2005; e n. 457, de 18 de janeiro de 2007; todas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);
- e) Normas Brasileiras aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), relacionadas ao padrão de transmissão de televisão digital adotado pelo Brasil.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA**

Caberá à CÂMARA:



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

- I. Ceder aos partícipes subcanalizações do canal consignado à Câmara dos Deputados em resolução padrão (*Standard Definition*), na forma de multiprogramação de televisão digital, necessários para as transmissões da programação de seus respectivos canais de televisão;
- II. Colocar à disposição dos partícipes todos os equipamentos necessários à emissão dos sinais das emissoras de televisão objeto deste acordo na cidade de São Paulo-SP, a instalados na torre de transmissão da Estação Radiodifusora de Televisão Digital, tais como a transmissor, os multiplexadores, os conversores, os demoduladores, os decodificadores, o sistema irradiante, entre outros;
- III. Comunicar imediatamente aos partícipes qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais na cidade de São Paulo-SP.
- IV. Responsabilizar-se pela a obtenção de todas as licenças e documentações necessárias junto aos órgãos competentes visando à autorização de funcionamento do canal.
- V. Responsabilizar-se pela condução do sinal de televisão digital da TV CÂMARA até a torre de transmissão.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA

Caberá à Assembleia:

- I. Responsabilizar-se pela disponibilidade de uma torre de transmissão na cidade de São Paulo, de acordo com aspectos técnicos exigidos pela CÂMARA e pelo Plano Básico de TV



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

Digital – PBTVD aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações;

- II. Responsabilizar-se pela condução do sinal de televisão digital da própria ASSEMBLEIA até a torre de transmissão prevista no inciso I;
- III. Responsabilizar-se pela operação da Estação Radiodifusora de Televisão Digital e pelo monitoramento da qualidade dos sinais de captados e irradiados, em tempo integral e ininterruptamente;
- IV. Responsabilizar-se pelo conteúdo inserido na subcanalização cedida pela CÂMARA, nos termos da legislação vigente;
- V. Responsabilizar-se pela transmissão, em sua programação local, da propaganda político-partidária estadual e municipal, segundo a legislação eleitoral vigente;
- VI. Assumir todas as despesas de custeio da Estação de Radiodifusora de Televisão Digital, tais como aluguel, condomínio, energia elétrica, água, refrigeração, telefone, dentre outras necessárias para o bom funcionamento dos equipamentos necessários para a transmissão dos sinais digitais na cidade de São Paulo;
- VII. Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos cedidos pela CÂMARA, bem como pela manutenção preventiva necessária dos bens;
- VIII. Comunicar imediatamente à CÂMARA qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais na cidade de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

IX. Zelar pelo fiel cumprimento dos termos deste Acordo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA DE SÃO PAULO**

Caberá à CÂMARA SP:

- I. Assumir, em comum acordo com a ASSEMBLEIA, parte das despesas de custeio da Estação de Radiodifusora de Televisão Digital, tais como aluguel, condomínio, energia elétrica, água, refrigeração, telefone, dentre outras necessárias para o bom andamento dos equipamentos para a transmissão dos sinais digitais na cidade de São Paulo-SP;
- II. Responsabilizar-se pela condução do sinal de televisão digital da própria CÂMARA SP até a torre de transmissão prevista no inciso I;
- III. Responsabilizar-se pelo conteúdo inserido na subcanalização cedida pela CÂMARA, nos termos da legislação vigente;
- IV. Responsabilizar-se pela transmissão da propaganda político-partidária, segundo a legislação eleitoral vigente;
- V. Comunicar imediatamente aos partícipes qualquer ocorrência relacionada aos itens de sua responsabilidade que possa comprometer a transmissão dos sinais de São Paulo-SP.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ÁREA DE COBERTURA**

A CÂMARA SP poderá firmar acordo com as Câmaras Municipais localizadas na área de cobertura da estação de transmissão de TV digital



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

objeto deste acordo para estabelecer critérios de compartilhamento da programação, além da forma de veiculação de suas Sessões Plenárias, na subcanalização de que trata o item I da CLÁSULA SEGUNDA, obedecida a legislação pertinente.

### **CLÁSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Além das condições aqui estabelecidas, os partícipes se comprometem a atualizar o Plano de Trabalho estabelecido pelo Acordo nº 2008/118.0, assinado pela Câmara e Assembleia, indicando todas as especificações de natureza técnica e de logística necessária para a implantação em caráter definitivo das subcanalizações de TV Digital objeto deste Acordo para a cidade de São Paulo – SP.

Parágrafo único – Os partícipes deverão indicar os nomes dos técnicos e assessores que ficarão responsáveis pela interlocução entre as Casas Legislativas e a atualização do Plano de Trabalho citado no *caput* desta cláusula.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O presente acordo desonera os partícipes signatários de quaisquer transferências financeiras para o atendimento de suas Cláusulas.

Parágrafo único – As despesas porventura decorrentes da operacionalização deste Acordo correrão à conta de contratos firmados pelas Casas Legislativas envolvidas, obedecida a legislação pertinente.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA DENÚNCIA**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

O presente Acordo vigorará por 60 (sessenta meses), contados a partir da data da assinatura, devendo futura renovação ser formalizada por meio de instrumento jurídico a ser assinado pelos partícipes.

Parágrafo primeiro – Este Acordo pode ser denunciado por qualquer dos partícipes, por meio de comunicação escrita, com antecedência de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo segundo – A eventual denúncia deste instrumento não prejudicará a execução das ações que tenham sido instituídas, devendo as atividades ser desenvolvidas normalmente até a sua conclusão.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste Acordo serão solucionados em comum entendimento entre os partícipes e formalizados em termos aditivos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Acordo deverá ser publicado pelos partícipes, de forma resumida, na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 109 do REGULAMENTO, bem como da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS**

Consideram-se órgãos responsáveis pelo acompanhamento da execução deste Acordo a Coordenação da TV CÂMARA, pela CÂMARA; a Divisão de Comunicação, pela ASSEMBLEIA; e a Diretoria de Comunicação Externa, pela CÂMARA SP, os quais indicarão os servidores responsáveis pela fiscalização das ações e atividades desenvolvidas por meio deste Acordo.





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS**

Os elementos do presente Termo serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizados por meio do Programa de Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato de Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa de Dados Abertos do Parlamento no âmbito da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões decorrentes do cumprimento deste Acordo.

E por estarem assim de acordo, assinam o presente instrumento em 8 (oito) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 10 (dez) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

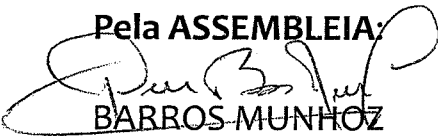
Brasília, 02 de abril de 2012.

Pela CÂMARA:

  
MARCO MAIA

Presidente

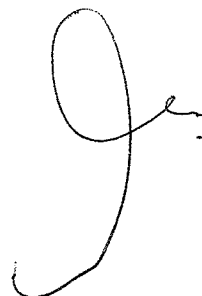
Pela ASSEMBLEIA:

  
BARROS MUNHOZ

Presidente







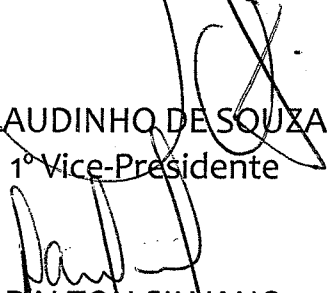




**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**


**Pela CÂMARA DE SÃO PAULO:**

  
JOSÉ POLICE NETO  
Presidente

  
CLAUDINHO DE SOUZA  
1º Vice-Presidente

  
DALTON SILVANO  
2º Vice-Presidente

  
ÍTALO CARDOSO  
1º Secretário

  
TONINHO PAIVA  
2º Secretário

  
RAIMUNDO BATISTA  
Secretário Geral Administrativo – CMSP